

Relatório da Administração

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025.

Atualmente, a Eletronet opera uma rede própria com mais de 18 mil km de rotas ópticas e uma plataforma de borda com 170 Edge Data Centers, com presença em 18 estados, suportando serviços críticos com elevado padrão de confiabilidade.

No ecossistema de serviços de tecnologia em data centers e interconexão, a Eletronet se posiciona como um hub neutro para operadoras, provedores regionais (ISPs), OTTs, data centers e plataformas globais de conteúdo e nuvem. A rede da Companhia mantém acordos de interconexão (peering) e integração a ambientes relevantes de conectividade, com acesso a um ecossistema conectado a mais de 35 data centers e 29 Internet Exchanges (IX), contribuindo para a eficiência do roteamento, redução de latência e diversificação de rotas. Adicionalmente, a Companhia dispõe de pontos de conectividade internacional em Miami e Nova York, ampliando a diversidade de caminhos e a integração com fluxos globais de tráfego.

Com mais de 25 anos de trajetória, a Eletronet combina experiência operacional, engenharia de rede e evolução tecnológica contínua. Em abril de 2025, a Companhia concluiu sua aquisição integral pela Axia Energia (anteriormente “Centrais Elétricas Brasileiras S.A.” ou “Eletrobrás”), marco que sustenta uma nova etapa de planejamento e execução estratégica, com iniciativas de reestruturação e fortalecimento de governança voltadas ao crescimento e à expansão de infraestrutura.

Nesse contexto, destaca-se o Projeto Fênix, um programa estruturante de expansão e modernização da infraestrutura óptica e de borda. O projeto prevê a implementação de cerca de 8 mil km de novas rotas OPGW, representando expansão de aproximadamente 50% da malha atual, com a formação de 21 novas rotas, além da construção de 85 novos Edge Data Centers. A expansão está prevista para ser concluída até o fim de 2026, quando a Companhia estima alcançar 26 mil km de rotas e 255 Edge Data Centers, com presença em 23 estados, incluindo a expansão para Pará, Mato Grosso, Espírito Santo, Acre e Rondônia, ao mesmo tempo em que reforça e densifica rotas existentes.

A nova malha foi dimensionada para atender à demanda crescente por conectividade impulsionada pela expansão do uso de Inteligência Artificial, Computação em Nuvem, Internet das Coisas, 5G, e forte expansão dos serviços de Data Centers, exigindo redes de alta capacidade, baixa latência, diversidade de rotas e previsibilidade operacional, aliados a disponibilização de serviços de tecnologia. Do ponto de vista tecnológico, a nova rede prevê capacidade de até 38,4 Tbps por trecho, com tecnologia de última geração e alta eficiência espectral, além de arquitetura com múltiplos caminhos e anéis de redundância, visando elevar a disponibilidade e reduzir riscos de gargalos ou interrupções. O projeto também busca ampliar a cobertura e a proximidade da infraestrutura de borda com centros de consumo e novos municípios atendidos, reforçando a capacidade da Eletronet de suportar a digitalização de diferentes regiões e o atendimento ao mercado.

Com esta rede conseguiremos atender com infraestrutura de telecom e tecnologia mais de mil novas cidades no interior do Brasil em regiões remotas que necessitam de infraestrutura. Isso permitirá ainda mais a digitalização e acesso a informação há mais de 16 milhões de pessoas que muitas delas ainda estão desassistidas por tecnologia e telecom.

Dessa forma, a Eletronet consolida seu posicionamento como uma das plataformas relevantes de infraestrutura óptica, conectividade neutra, e serviços de tecnologia no Brasil, combinando inovação, escala, capilaridade, resiliência e execução de um programa de expansão voltado ao atendimento das crescentes necessidades de tráfego, desempenho e disponibilidade do mercado.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer aos nossos clientes, fornecedores e prestadores de serviços pelo apoio, cooperação e pela confiança em nós depositada. Estendemos um agradecimento especial aos nossos colaboradores, cujo empenho e dedicação foram fundamentais para os resultados alcançados.

São Paulo, 8 de Maio de 2026.

A Administração

Demonstrações Financeiras

Eletronet S.A.

31 de dezembro de 2025

Relatório do auditor independente sobre
as demonstrações financeiras de acordo com as
práticas contábeis adotadas no Brasil e com as
normas contábeis IFRS

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Demonstração do valor adicionado	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Eletronet S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eletronet S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

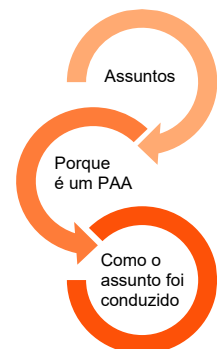
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Provisão de riscos (Nota 16)</p> <p>Conforme divulgado na Nota 16, a Companhia possui processos, que com base em opinião de seus consultores jurídicos externos e da própria Companhia, foram classificados como chance de perda provável e, que conseqüentemente, estão provisionados nas demonstrações financeiras no valor de R\$ 111.020 mil. Adicionalmente, a Companhia possui processos, que com base em opinião de seus consultores jurídicos externos e da Companhia, foram classificados como chance de perda possível e, portanto, estão apenas divulgados nas demonstrações financeiras no valor de R\$ 59.855 mil.</p> <p>A determinação do valor da provisão acima mencionada, bem como dos passivos contingentes divulgados depende de julgamentos críticos da administração quanto ao prognóstico de perda e valor de liquidação. Além disso, e considerando a magnitude dos valores envolvidos, quaisquer mudanças nas estimativas ou premissas, que influenciam a determinação do prognóstico de perda, podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.</p> <p>Diante do exposto, esse assunto foi mantido como área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram a reconciliação dos registros contábeis com os relatórios e controles internos da Companhia, a obtenção de confirmação de todos os consultores jurídicos externos que patrocinam os processos da Companhia, confirmando os valores e prognósticos utilizados pela administração da Companhia. Adicionalmente, para o processo relacionado ao FUST e FUNTTEL, obtivemos a opinião legal do consultor jurídico externo, e com o apoio de nossos especialistas jurídicos avaliamos a razoabilidade do prognóstico determinado pelo advogado patronal em relação ao respectivo processo, bem como avaliamos os argumentos e jurisprudências adotadas pelos consultores jurídicos da Companhia para fundamentar a posição.</p> <p>Como resultado dos procedimentos efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração da Companhia para a determinação das provisões, bem como as divulgações nas demonstrações financeiras, são razoáveis e estão consistentes com as posições dos consultores jurídicos externos e informações que obtivemos com base nos procedimentos de auditoria realizados.</p>

Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 1.1, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 6 de fevereiro de 2025, sem ressalvas. Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2025, examinamos também os ajustes descritos na Nota 1.1 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2024, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2024 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras de 2024 tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Eletronet S.A.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Eletronet S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by
Caren Macohin
Assinado por: Caren Henriete Macohin/01454117956
CPF: 01454117956
Certificação de Assinatura: 08 de maio de 2026 | 11:15 BRT
© ICP-Brasil, OUI: Certificado Digital PF A1
© BR
Emissor: AC SingularID Multiple
#995E9F671FE0435

Caren Henriete Macohin
Contadora CRC 1PR038429/O-3 "T" SC

ELETRONET S.A.

Balço Patrimonial Em milhares de Reais

Ativo	Nota	31 de dezembro		1o. de janeiro	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31 de dezembro		1o. de janeiro
		2025	2024	de 2024			2025	2024	de 2024
			Reapresentado (Nota 1.1)	Reapresentado (Nota 1.1)			Reapresentado (Nota 1.1)	Reapresentado (Nota 1.1)	
Circulante					Circulante				
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	96.986	5.440	7.382	Empréstimos e Financiamentos	11	3.087	6.244	10.876
Contas a Receber de Clientes	4	40.464	25.516	22.692	Fornecedores	10	58.031	68.512	59.398
Impostos a Recuperar	5	11.561	7.417	9.842	Arrendamento a pagar	8	1.693	2.317	2.020
Partes Relacionadas	12		2.589	1.693	Arrendamento a pagar - parte relacionada	8	12.919	7.321	6.707
Adiantamentos		387	278	438	Salários e Encargos Sociais		8.317	8.234	8.657
Outras Despesas Antecipadas		1.317	1.396	1.171	Obrigações Tributárias	13	20.641	15.290	53.054
Total do Ativo Circulante		150.715	42.635	43.217	Receita Diferida	14	2.862	787	787
					Outras contas a pagar		184	498	2.012
Não Circulante					Total do Passivo Circulante		107.735	109.203	143.511
Impostos a Recuperar	5	15.969	17.117	12.564	Não Circulante				
Adiantamentos		481	516	551	Empréstimos e Financiamentos	11	80.000	17.033	3.608
Depósitos Judiciais	6	5.398	4.986	4.981	Fornecedores	10	1.299	4.481	32.348
I.R e C.S Diferidos	15	112.555			Arrendamento	8	24.977	17.730	15.286
Imobilizado	7	408.549	347.456	336.538	Arrendamento a pagar - parte relacionada	8	199.157	189.815	200.694
Direito de Uso	8	218.863	207.375	221.294	Partes Relacionadas	12		231.023	210.382
Intangível	9	220.191			I.R e C.S Diferidos	15		34.437	31.353
Total do Ativo Não Circulante		982.005	577.449	575.928	Receita Diferida	14	6.457	7.244	8.031
					Obrigações Tributárias	13		14.651	4.429
					Provisão de riscos	16	111.020	98.935	79.393
					Total do Passivo Não Circulante		422.910	615.349	585.524
					Patrimônio Líquido				
					Capital Social	17	691.618	321.387	321.387
					Prejuízo Acumulado	17	(171.935)	(344.306)	(372.202)
					Ajuste de Avaliação Patrimonial	17	82.393	88.278	94.164
					Outros Resultados Abrangentes	17		(169.826)	(153.238)
					Total do Patrimônio Líquido		602.076	(104.467)	(109.889)
Total do Ativo		1.132.721	620.084	619.146	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.132.721	620.084	619.146

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

ELETRONET S.A.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de Reais

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u> Reapresentado (Nota 1.1)
Receita Operacional Líquida	18	215.769	184.421
Custo dos Serviços Prestados	19	(147.280)	(120.938)
Lucro Bruto		68.489	63.483
(Despesas) Receitas Operacionais			
Despesas Comerciais	19	(10.800)	(9.111)
Despesas Gerais e Administrativas	19	(23.087)	(20.101)
Outras (Despesas) Receitas Operacionais	19	683	(497)
Receitas eventuais	20		10.075
Lucro operacional		35.285	43.850
Resultado Financeiro			
Receitas Financeiras	21	5.845	8.798
Despesas Financeiras	21	(42.656)	(43.172)
		(36.811)	(34.373)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		(1.526)	9.477
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	22	146.992	14.072
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	22	(15.244)	(1.538)
Lucro Líquido do Exercício		130.221	22.010
Quantidade média de ações – em milhares		417.440	306.122
Lucro líquido básico e diluído por ação – R\$		0,31	0,07

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

ELETRONET S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de Reais

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u> Reapresentado (Nota 1.1)
Lucro líquido do exercício		130.221	22.010
Valores que serão reclassificados subsequentemente para o resultado			
Realização do ajuste de avaliação patrimonial IR e CSLL sobre a realização do ajuste da avaliação patrimonial	7(b)	(8.917)	(8.917)
Variação passiva e outros resultados abrangentes	7(b)	3.032	3.032
		<u>(6.915)</u>	<u>(16.589)</u>
Total do resultado abrangente do exercício		<u>117.421</u>	<u>(464)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

ELETRONET S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de Reais

		Resultado Abrangente			
	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Outros Resultados Abrangentes	Total
Em 1o. janeiro de 2024	321.387	(410.931)	94.164	(153.238)	(148.618)
Ajuste de exercícios anteriores - correção de erros (Nota 1.1(h))		38.729			38.729
Saldo de abertura ajustado	321.387	(372.202)	94.164	(153.238)	(109.889)
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial (Nota 7(b))		8.917	(8.917)		
IR e CSLL sobre a realização do Ajuste da Avaliação Patrimonial		(3.032)	3.032		
Variação Passiva e Outros Resultados Abrangentes				(16.589)	(16.589)
Lucro do Exercício (Nota 1.1(h))		22.010			22.010
Saldos em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado Nota 1.1)	321.387	(344.707)	88.279	(169.827)	(104.468)
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial (Nota 7(b))		8.917	(8.917)		
IR e CSLL sobre a realização do Ajuste da Avaliação Patrimonial		(3.032)	3.032		
Variação Passiva e Outros Resultados Abrangentes				(6.915)	(6.915)
Lucro do Exercício		130.221			130.221
Acervo líquido de incorporação (Nota 17.1(b))	291.731	(24.127)			267.604
Aumento de Capital (AGE 21/10/2025) (Nota 17.1(c))	78.500				78.500
Transferência dos outros resultados abrangentes (Nota 17.3)		(176.743)		176.743	
Absorção de prejuízo acumulado a conta dos sócios (Nota 1.2(c))		237.134			237.134
Saldos em 31 de dezembro de 2025	691.618	(171.936)	82.394		602.076

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

ELETRONET S.A.

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de Reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u> (Reapresentado (Nota 1.1))
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.526)	9.476
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	42.876	39.702
Depreciação do direito de uso	16.876	15.177
Depreciação do direito de uso (PPA)	11.235	
Perda com Crédito de Liquidação Duvidosa	267	444
Provisão para riscos, líquida	12.085	19.542
Juros sobre empréstimos	9.642	4.362
Juros sobre partes relacionadas	1.784	3.831
Juros sobre arrendamento	2.838	1.980
Juros sobre arrendamento – Partes relacionadas	14.676	15.125
Resultado da baixa do ativo imobilizado	47	
Atualização depósitos judiciais	(412)	(327)
Variação nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(15.215)	(3.216)
Impostos a recuperar	(2.996)	(2.128)
Adiantamentos e outras despesas antecipadas	5	(65)
Fornecedores	(13.663)	(18.383)
Obrigações tributárias	(2.711)	(3.523)
Salários e encargos sociais	83	928
Receita diferida	1.289	(787)
Outras contas a pagar	(314)	(1.485)
Caixa gerado nas operações	76.867	80.654
Juros sobre empréstimos	(6.556)	(4.362)
Juros sobre arrendamentos	(2.838)	(1.980)
Juros sobre arrendamentos – partes relacionadas	(12.220)	(15.125)
Impostos pagos	(21.833)	(10.521)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	33.421	48.666
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aporte de capital	78.500	
Aquisição de imobilizado	(67.839)	(50.619)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	10.661	(50.619)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	95.000	15.000
Pagamento de empréstimos	(38.277)	(6.207)
Pagamento de arrendamentos	(2.329)	(2.027)
Pagamento de arrendamentos – partes relacionadas	(6.928)	(6.755)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	47.465	11
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	91.547	(1.942)
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	5.440	7.382
Saldo final	96.986	5.440
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	91.547	(1.942)
Transações não caixa		
Adição e baixas de direito de uso/arrendamento	28.364	1.258

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

ELETRONET S.A.

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de Reais

	<u>2025</u>	<u>2024</u> Reapresentado (Nota 1.1)
Receitas		
Receitas com prestação de serviço	270.852	231.754
Receita de construção de ativo próprio	15.125	604
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados		
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	<u>(82.520)</u>	<u>(47.446)</u>
Valor adicionado Bruto	203.457	184.911
Depreciação e Amortização	<u>(70.987)</u>	<u>(54.879)</u>
Valor adicionado Líquido produzido pela Companhia	132.470	130.032
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas Financeiras e Variações Cambiais Líquidas	<u>5.845</u>	<u>8.798</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>135.315</u>	<u>138.831</u>
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	25.392	24.871
Encargos	6.716	6.234
Benefícios	<u>9.952</u>	<u>7.711</u>
	42.060	38.817
Impostos e Taxas		
Federais	(122.737)	(5.020)
Estaduais	45.605	39.426
Municipais	<u>510</u>	<u>426</u>
	(76.622)	34.832
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros, variações cambiais e despesas financeiras	<u>42.656</u>	<u>43.172</u>
	42.656	43.172
Remuneração de capitais próprios		
Lucros retidos do exercício	<u>130.221</u>	<u>22.010</u>
	130.221	22.010
Valor adicionado total distribuído	<u>138.315</u>	<u>138.831</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Eletronet S.A. (“Companhia” ou “Eletronet”) é uma sociedade por ações de capital fechado que atua na exploração de serviços de telecomunicações, com foco em infraestrutura óptica neutra de alta performance de conectividade, e serviços de tecnologia ligados a infraestrutura de data center. Suas atividades abrangem: (i) o transporte de dados e a execução das atividades necessárias à operação de rede — incluindo operação, manutenção, supervisão, direção de obra, construção, fornecimento de materiais e equipamentos, além de atividades conexas; e (ii) a oferta de trânsito Internet e circuitos de alta velocidade. Utiliza a rede de cabos de fibra na tecnologia Optical Ground Wire (“OPGW”) que percorrem as redes de transmissão de energia espalhadas por vários estados do Brasil.

A Companhia opera uma infraestrutura de grande capilaridade e resiliência, construída majoritariamente sobre a malha de transmissão de energia — em especial a rede das empresas do Sistema Axia Energia (antiga Eletrobrás), complementada por redes regionais e alternativas viáveis de utilização de passagem — o que confere robustez, estabilidade e redundância ao backbone

1.1 Reapresentação das cifras comparativas

Durante o ano de 2025, a Companhia identificou erros nas demonstrações financeiras anteriormente divulgadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e exercícios anteriores. Os erros resultaram na reclassificação de ativos e passivos e em ajustes que deveriam ter impactado os resultados da Companhia em exercícios anteriores. Em razão disto, a Companhia reapresentou os saldos de 31 de dezembro de 2024 e os saldos de abertura de 1º de janeiro de 2024 para refletir tais ajustes, conforme estabelece o CPC 26 (R1)/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Os efeitos dos erros referentes a exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2024 foram registrados em prejuízos acumulados na demonstração das mutações do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2024.

Em conformidade com o CPC 23/IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia corrigiu esses erros de forma retrospectiva, reapresentando as informações comparativas apresentadas. As informações comparativas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e os saldos de abertura em 1º de janeiro de 2024 foram reapresentados conforme detalhado a seguir. Adicionalmente, algumas informações divulgadas nas Notas 5, 6, 8, 10, 12, 13, 15, 16, 19, 20 e 21 foram reapresentadas em decorrência destes ajustes identificados.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Apresentação dos impostos a recuperar

Em 2025, foram identificados que os saldos de ICMS CIAP não estavam segregados de forma correta entre curto e longo prazo com base na expectativa de recuperabilidade, gerando a necessidade de reclassificação do ativo não circulante para o ativo circulante no montante de R\$ 7.417, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e no montante de R\$ 9.456, referente a 1º de janeiro de 2024. Os saldos de 31 de dezembro de 2024 e de 1º de janeiro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram corrigidos e estão sendo reapresentados.

(b) Apresentação dos depósitos judiciais e obrigações tributárias (não circulante)

A Companhia possui depósitos judiciais referente ao processo do FUST/FUNTEL, conforme descrito na Nota 6. Em 31 de dezembro de 2024, tais depósitos estavam sendo apresentados no passivo não circulante na rubrica de obrigações tributárias de forma incorreta. A correta classificação do montante de R\$ 4.329 seria no ativo não circulante na rubrica de depósitos judiciais. O mesmo procedimento de reclassificação também foi efetuado para o saldo de 1º de janeiro de 2024 no valor de R\$ 4.050. Os saldos de 31 de dezembro de 2024 e de 1º de janeiro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram corrigidos e estão sendo reapresentados.

(c) Apresentação pelo valor líquido dos ativos e passivos de IR e CS diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser compensados quando os saldos de impostos diferidos estiverem relacionados à mesma autoridade fiscal, conforme previsto no CPC 32/IAS 12 – Tributos sobre o Lucro. Portanto, os saldos de 31 de dezembro de 2024 de ativo e de passivo fiscal diferido, nos valores de R\$ 11.040 e de R\$ 45.477, respectivamente, estão sendo reapresentados para divulgação pelo valor líquido no passivo não circulante de R\$ 34.437. Da mesma forma, os saldos referentes a 1º de janeiro de 2024, de ativo e de passivo fiscal diferido, nos valores de R\$ 17.156 e de R\$ 48.509, respectivamente, estão sendo reapresentados para divulgação pelo valor líquido no passivo não circulante de R\$ 31.353.

(d) Apresentação do arrendamento a pagar e arrendamento a pagar – partes relacionadas

Os contratos de arrendamento de concessão de infraestrutura de rede, conforme descrito na Nota 8, são celebrados com partes relacionadas e não estavam sendo devidamente destacados na face do balanço patrimonial em 31 de dezembro 2024, em rubricas distintas por apresentar relevância do saldo e natureza de arrendamento distinta dos demais arrendamentos que se referem a contratos de sites e imóveis, no montante total de R\$ 197.136, sendo R\$ 7.321 no passivo circulante e de R\$ 189.815

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

no passivo não circulante. Da mesma forma, os saldos referentes a 1º de janeiro de 2024, no montante total de R\$ 207.401, estão sendo devidamente destacados no passivo circulante, no valor de R\$ 6.707 e no passivo não circulante, no valor de R\$ 200.694. Os saldos de 31 de dezembro de 2024 e de 1º de janeiro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram corrigidos e estão sendo reapresentados na rubrica arrendamento a pagar – partes relacionadas, no passivo circulante e no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2024 em 1º de janeiro de 2024.

(e) Apresentação de salários e encargos sociais e obrigações tributárias (circulante)

Foi identificado que os encargos sociais sobre salários estavam sendo apresentados de forma incorreta na rubrica de obrigações tributárias no passivo circulante no montante de R\$ 1.528, em 31 de dezembro de 2024, bem como no valor de R\$ 2.878 em 1º de janeiro de 2024. Os saldos de 31 de dezembro de 2024 e de 1º de janeiro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram corrigidos e estão sendo reapresentados na rubrica salários e encargos sociais, no passivo circulante.

(f) Apresentação de fornecedores e provisão de riscos

A Companhia possui discussões judiciais, vide nota 16, cujos saldos estavam sendo apresentados incorretamente na rubrica de fornecedores no passivo não circulante nos montantes de R\$ 97.083 em 31 de dezembro 2024, bem como no valor de R\$ 76.768 em 1º de janeiro de 2024, sendo que o correto seria apresentar esses saldos na rubrica de provisão para riscos, no passivo não circulante. Os saldos de 31 de dezembro de 2024 e de 1º de janeiro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram corrigidos e estão sendo reapresentados.

(g) Apresentação de saldos com partes relacionadas e fornecedores

Foi identificado que saldos com partes relacionadas estavam sendo apresentados na rubrica de fornecedores no passivo não circulante, de forma incorreta, nos montantes de R\$ 8.983 em 31 de dezembro de 2024, e de R\$ 8.566 em 1º de janeiro de 2024. Os saldos de 31 de dezembro de 2024 e de 1º de janeiro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram corrigidos e estão sendo reapresentados na rubrica partes relacionadas no passivo não circulante.

(h) Obrigações tributárias (não circulante) e divulgação de riscos tributários

Durante o exercício de 2025, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados à provisão de FUST/FUNTTEL sobre receitas de interconexão, em relação aos quais a Administração da Companhia, assessorada juridicamente pelos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

seus advogados externos, entende que a probabilidade de perda sempre foi classificada como possível de perda e, que de acordo com o CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as provisões são registradas apenas para obrigações com probabilidade de perda classificada como provável. Desta forma, tal discussão não demandava o registro contábil da obrigação, mas apenas a divulgação em notas explicativas, conforme descrito na Nota 16. O valor do ajuste é de R\$ 45.389, sendo que R\$ 6.608 refere-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, afetando as rubricas de custo dos serviços prestados no valor de R\$ 2.766 e despesas financeiras no valor de R\$ 3.842, e o valor de R\$ 38.780 refere-se a exercícios anteriores a 2024, que estão sendo reapresentados em 1º de janeiro de 2024, em contrapartida a rubrica de prejuízos acumulados. A referida correção afetou o passivo não circulante de 31 de dezembro de 2024 e de 1º de janeiro de 2024 nesses mesmos valores informados anteriormente. Os saldos de 31 de dezembro de 2024 e de 1º de janeiro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram corrigidos e estão sendo reapresentados.

(i) Custo dos serviços prestados e receitas eventuais

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou despesa de depreciação de cabos na rubrica receitas eventuais de forma incorreta no montante de R\$ 9.780. Os saldos de 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram corrigidos e estão sendo reapresentados na rubrica custo dos serviços prestados.

(j) Mensuração dos saldos de direito de uso e arrendamento a pagar

Foi identificado que os contratos de aluguel de sites e imóveis estavam registrados com base nos valores nominais dos pagamentos futuros, sem considerar o desconto desses fluxos a valor presente pela taxa incremental de financiamento aplicável, conforme requer o CPC 06(R2)/IFRS16 - Arrendamentos. Desta forma, os saldos de direito de uso no ativo não circulante de arrendamento a pagar no passivo circulante e não circulante foram recalculados e reapresentados nos valores de R\$ 1.721 e R\$ 8.770 em 31 de dezembro de 2024 e em 1º de janeiro de 2024, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2024 e em 1º de janeiro de 2024, o saldo de direito de uso no ativo não circulante foi reduzido no montante de R\$ 10.892, e os saldos de arrendamento a pagar foram reduzidos nos montantes de R\$ 1.721 no passivo circulante e R\$ 8.770 no passivo não circulante.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o valor da amortização do direito de uso impactou reduzindo a rubrica de custo dos serviços prestados em R\$ 1.629, e os juros sobre o arrendamento a pagar impactaram aumentando a rubrica de

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

despesas financeiras no valor de R\$ 1.980. Já o efeito líquido da amortização do direito de uso e do valor de juros sobre o arrendamento a pagar referente a exercícios anteriores a 2024, foi registrado no saldo de abertura em 1º de janeiro de 2024 no valor de R\$ 51, em contrapartida a rubrica de prejuízos acumulados no patrimônio líquido. Os saldos de 31 de dezembro de 2024 e de 1º de janeiro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram corrigidos e estão sendo reapresentados.

As reapresentações descritas nos itens (a) a (g) e (i) são reclassificações que não geraram impactos nos saldos de patrimônio líquido e resultado dos exercícios. Já os ajustes descritos nos itens (h) e (j) decorrem de correção de erros que impactaram o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e também impactaram o resultado de exercícios anteriores a 2024, com contrapartida dos efeitos na rubrica de prejuízos acumulados no patrimônio líquido, na posição de 1º de janeiro de 2024.

Os efeitos da reapresentação são demonstrados a seguir:

	Nota 1.1	31 de dezembro de 2024			1º. de janeiro de 2024		
		Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Balço patrimonial							
Ativo circulante							
Impostos a recuperar	(a)	253	7.163	7.417	386	9.456	9.842
Ativo não circulante							
Impostos a recuperar	(a)	24.280	(7.163)	17.117	22.020	(9.456)	12.564
Depósitos judiciais	(b)	657	4.329	4.986	931	4.050	4.981
IR e CS diferidos	(c)	11.040	(11.040)		17.156	(17.156)	
Direito de uso	(j)	218.267	(10.892)	207.375	233.668	(12.374)	221.294
Passivo circulante							
Arrendamento a pagar	(d),(j)	11.359	(9.042)	2.317	10.074	(8.054)	2.020
Arrendamento a pagar – partes relacionadas	(d)		7.321	7.321		6.707	6.707
Salários e encargos sociais	(e)	6.707	1.528	8.234	5.779	2.878	8.657
Obrigações tributárias	(e)	16.818	(1.528)	15.290	55.933	(2.878)	53.054
Passivo não circulante							
Fornecedores	(f),(g)	110.547	(106.066)	4.481	117.681	(85.333)	32.348
Arrendamento a pagar	(d),(j)	216.315	(198.585)	17.730	226.956	(211.670)	15.286
Arrendamento a pagar – partes relacionadas	(d)		189.815	189.815		200.694	200.694
Partes relacionadas	(g)	222.040	8.983	231.023	201.816	8.566	210.382
IR e CS diferidos	(c)	45.477	(11.040)	34.437	48.509	(17.156)	31.353
Obrigações tributárias	(b),(h)	55.710	(41.059)	14.651	39.159	(34.731)	4.429
Provisão para riscos	(f)	1.852	97.083	98.935	2.625	76.768	79.393
Capital social							
Prejuízos acumulados	(h)	(389.293)	44.987	(344.306)	(410.931)	38.729	(372.202)
Demonstração do resultado							
Custo dos serviços prestados	(h),(i),(j)	(115.554)	(5.384)	(120.938)			
Receitas eventuais	(i)	295	9.780	10.075			
Despesas financeiras	(h),(j)	(45.034)	1.862	(43.172)			
Lucro líquido do exercício	(h)	15.753	6.258	22.010			

ELETRONET S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Prejuízos acumulados	(389.293)	44.987	(344.306)	(410.931)	38.729	(372.202)
----------------------	-----------	--------	-----------	-----------	--------	-----------

Demonstração dos fluxos de caixa

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	44.282	4.384	48.066			
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	4.395	(4.384)	11			

Demonstração do valor adicionado

Receita de construção de ativo próprio		604	604			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(59.388)	11.942	(47.446)			
Depreciação e amortização	(46.729)	(8.150)	(54.879)			
Juros, variações cambiais e despesas financeiras	45.034	(1.862)	43.172			
Lucros retidos do exercício	15.753	6.258	22.010			

ELETRONET S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

(a) Mudança do controle acionário da Eletronet S.A.

Em 29 de abril de 2025, a Assembleia Geral da Axia Energia aprovou a incorporação da Eletrobras Participações S.A. (“Eletropar”) pela própria Axia Energia. Ainda neste contexto, na mesma data, a Axia Energia concluiu, por meio de sua subsidiária integral, Eletronet Participações, a aquisição de 51% do capital social da Eletronet, anteriormente detido pela LT – Bandeirante Empreendimentos Ltda, consolidando assim, o controle de 100% da Eletronet, uma vez que 49% do capital social da Eletronet já pertenciam à Eletropar. Vide Nota 17.1.

O acervo líquido da Eletronet Participações S.A. foi avaliado por assessor independente que emitiu laudo de avaliação conforme demonstrado a seguir:

	<u>Nota</u>	<u>Laudo de avaliação 30/09/2025</u>
Acervo líquido incorporado		<u>267.604</u>
Imobilizado	7	36.606
Intangível	9	<u>230.998</u>
Total Ativo		<u>267.604</u>
Capital social	17	291.731
Prejuízos acumulados	17	<u>(24.127)</u>
Total Patrimônio líquido		<u>267.604</u>

(b) Incorporação da Eletronet Participações S.A.

Por meio da Ata da AGE de 24 de setembro de 2025, os acionistas aprovaram a incorporação da Eletronet Participações S.A. com o objetivo de simplificar a estrutura societária da Axia Energia, otimizando as atividades operacionais, administrativas e fiscais, além de gerar sinergias e ganhos operacionais. A operação visa facilitar a emissão de valores mobiliários e captação de recursos, melhorar a gestão de caixa, reduzir custos administrativos e contábeis, e agilizar processos de governança, auditoria e compliance. A incorporação também elimina entraves regulatórios relacionados à transferência de outorgas da ANATEL, promovendo maior eficiência e flexibilidade na estrutura de capital da Companhia.

(c) Absorção de prejuízo a conta de sócio

Com o encerramento do processo de compra e venda de ações da Eletronet pela Axia Energia em abril de 2025, dívidas com partes relacionadas no montante de R\$ 237.134 (Nota 12), foram assumidas em sua totalidade pela Axia Energia e posteriormente baixadas mediante débito à conta de sócio com o objetivo de sanear o patrimônio líquido da Companhia, revertendo a situação de passivo a descoberto apresentada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. Essa transação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, em 4 de agosto de 2025.

(d) Emissão de nota comercial

Em 1º de setembro de 2025, a Companhia realizou sua 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única, no montante total de R\$ 80.000, representadas por 80.000 notas com valor nominal unitário de R\$ 1. Estes títulos possuem prazo de 5 anos, com vencimento em 1º de setembro de 2030, e são remunerados a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI acrescido de spread de 1,45% ao ano. A distribuição foi pública, destinada exclusivamente a Investidores Profissionais, com coordenação do Itaú BBA Assessoria Financeira S.A. e atuação da Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. como agente fiduciário, de liquidação e escriturador.

Os recursos captados destinam-se ao refinanciamento de passivos da Companhia e, eventualmente, ao reforço de capital de giro. As Notas Comerciais não contam com garantias reais ou fidejussórias e há previsão de resgate antecipado facultativo a partir de 1º de setembro de 2027, conforme condições estabelecidas nos documentos da emissão. Maiores detalhes, incluindo acerca das cláusulas restritivas, foram descritos na Nota 11.

A mensuração e divulgação destas Notas Comerciais estão em conformidade com os normativos contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros (CPC 48/IFRS 9, CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7).

2 Políticas Contábeis Materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As práticas contábeis utilizadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Todas as informações materiais das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia.

O Conselho de Administração autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras no dia de 08 de maio de 2026.

2.2 Base de preparação e apresentação

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura, exceto nos casos ressalvados.

(a) Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita de prestação de serviço é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e todos os riscos e benefícios são transferidos para o contratante.

(b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras, bem como na experiência da Administração.

As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem a:

- Vida útil do ativo imobilizado;
- Avaliações de *impairment*;
- Obrigações tributárias;
- Provisão de riscos
- Receita a faturar.
- I.R e C.S Diferidos
- Direito de uso e arrendamentos
- Valor justo das mais-valias em combinações de negócios

Não houve mudanças significativas nas estimativas no período em relação àquelas que vinham sendo aplicadas.

(c) Moeda funcional e apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). Na determinação da moeda funcional foi considerada a que mais influencia os preços de venda de bens e serviços e a moeda que mais influencia os custos para o fornecimento de bens e serviços. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

Todas as informações contábeis são apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

(d) Transações e saldos em moeda estrangeira ou indexados

As transações em moeda estrangeira são inicialmente reconhecidas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data de 31 de dezembro de 2025, na taxa em dólar de R\$ 5,5024 (31 de dezembro de 2024, na taxa em dólar de R\$ 6,1923)

Os saldos em moeda estrangeira são atualizados monetariamente com base em taxa de câmbio vigente nas datas do balanço.

Os saldos sujeitos a variação monetária são atualizados monetariamente de acordo com índices de variação monetária e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores auferidos e incorridos até as datas dos balanços.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

Informações por segmento

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode-se obter receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

Os principais tomadores de decisões operacionais na Companhia, responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, são a Diretoria Estatutária e o Conselho de Administração, que são responsáveis pela tomada de decisões estratégicas da Companhia e por sua gestão. Apesar de haver atividades diversas, os principais tomadores de decisão entendem que a Companhia representa apenas um segmento de negócio. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases únicas e pensando na Companhia como um todo.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário e aplicações financeiras de liquidez imediata com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo, avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia inclui como equivalentes de caixa instrumentos financeiros com vencimentos inferiores a três meses.

2.4 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

a) Ativos financeiros

Mensuração inicial

No reconhecimento inicial a entidade mensura seus ativos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro. Para as contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será:

Custo amortizado

Esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.

A Companhia reconhece como ativos financeiros classificados nesta categoria: contas a receber, outros ativos, contas a receber – partes relacionadas, depósitos judiciais.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

b) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos passivos a mensuração subsequente será:

Custo amortizado

Os passivos classificados como custo amortizado são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização.

c) Principais práticas contábeis

A Companhia reconhece como passivos financeiros classificados nesta categoria: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamentos, contas a pagar – partes relacionadas e outras contas a pagar.

Valor justo por meio do resultado

Os passivos classificados a valor justo por meio do resultado são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

d) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. As principais mudanças na política contábil para redução ao valor recuperável estão listadas abaixo.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e classificação do ativo financeiro em três estágios:

- Estágio 1 – Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito;
- Estágio 2 – Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente; e

e) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

- Estágio 3 – Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados neste estágio difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) e não ao valor contábil bruto. Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

A Companhia reconhece para seus ativos classificados ao custo amortizado uma provisão referente a perda de crédito esperada. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos. Além disso a Companhia avalia mensalmente essas variações do risco de crédito dos ativos financeiros e caso não haja aumento significativo do risco de crédito, reconhece a perda de crédito para o saldo em aberto para os próximos 12 meses e, caso seja identificado que houve aumento significativo do risco de crédito, a perda é reconhecida tomando por base o montante total, em aberto, para o período total da vida do instrumento financeiro.

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2025 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de hedge.

2.5 Contas a receber de clientes

São apresentadas aos valores presente e de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo, quando aplicável, são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. É constituída provisão para perda estimada em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

2.6 Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As provisões para perda de crédito são uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito (ou seja, valor presente de todos os déficits de caixa) ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, as quais, estimativas são aplicadas pela Companhia de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) a partir da adoção da norma em 1º janeiro de 2018. O déficit de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a entidade espera receber. Como as perdas de crédito esperadas consideram o valor e a época dos pagamentos, a perda estimada de crédito ocorre mesmo se a Companhia espera ser paga integralmente, mas depois do vencimento estipulado pelo contrato.

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil da estimativa de perda de risco de créditos afim de determinar se há alguma indicação de que a provisão sofreu alguma variação significativa durante o período. Se houver tal indicação, a provisão é recalculada e o valor reconhecido dentro do próprio período.

2.7 Depósitos judiciais

Apresentados no ativo não circulante até a conclusão do respectivo processo judicial. Os depósitos judiciais efetuados serão convertidos em caixa em caso de decisão favorável à Companhia ou considerados como perda no caso de decisão desfavorável

2.8 Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

A depreciação é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada e ou conforme prazo do contrato quando houver previsão de transferência de propriedade ao final do contrato. Vide as taxas anuais descritas na nota explicativa 8.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados periodicamente e, quando necessário, ajustes são efetuados de forma prospectiva.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Os gastos incorridos que representam melhorias do imobilizado são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

2.9 Intangível

Os ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição, líquido da amortização acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável.

Os ativos são amortizados pelo método linear, considerando a vida útil estimada pela administração, e seus valores residuais são considerados iguais a zero.

Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor de venda de um ativo, menos os seus custos de alienação, e o seu valor em uso.

2.10 Avaliação do valor recuperável dos ativos (teste de “*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos (incluindo entre outros, imobilizado), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, o valor recuperável é estimado como o maior valor entre o valor justo menos custos de venda e o valor de uso. Para determinar o valor de uso são considerados os fluxos de caixa futuros gerados através do uso do ativo ou de sua unidade geradora de caixa, conforme o caso corresponda, os quais são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições de mercado atuais para o valor do dinheiro ao longo do tempo e os riscos associados ao ativo específico. Quando o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é reconhecido um montante de perdas estimadas de recuperabilidade ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.11 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações monetárias ou cambiais incorridos e dos ajustes a valor presente. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.12 Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou se pretende que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulante. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.

2.13 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, e de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.14 Fornecedores

As contas de fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.15 Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a evidenciação dos impostos correntes e diferidos.

(a) Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real anual.

(b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera recuperar.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada período de relatório ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens reconhecidos em “Outros resultados abrangentes”, no patrimônio líquido. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

Os montantes de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e/ou quando o IRPJ e a CSLL diferidos ativos e passivos se relacionam com o IRPJ e a CSLL com a mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

(c) ICPC 22 (IFRIC 23) – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

A ICPC 22 trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (IAS 12) e não se aplica a tributos fora do seu âmbito nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a Companhia considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a Companhia faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a Companhia determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a Companhia considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia avaliou os procedimentos adotados para cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, corrente e diferidos e concluiu que é provável a aceitação pelas autoridades fiscais e, portanto, concluiu que não há impacto na aplicação dessa interpretação nas Demonstrações Financeiras.

2.16 Operações de arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se um contrato de aluguel ou prestação de serviço com ativo atrelado é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação para todas as operações de arrendamentos, exceto para:

- arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais e móveis de escritório) e;
- arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos).

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão remensurar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de remensuração do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são apresentados como parte dos fluxos de caixa de atividades de financiamento.

Anualmente ou quando há mudanças significativas, a Companhia reavalia a taxa de desconto aplicável a cada carteira de arrendamento para os novos contratos ou para aqueles que apresentaram alterações em suas características iniciais.

2.17 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais, quando aplicáveis, são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

2.18 Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece a receita de acordo com princípios fundamentais considerando os seguintes passos: (a) identificação do contrato com cliente; (b) identificação das obrigações de performance contidas no contrato; (c) determinação do preço da transação; (d) alocação do preço da transação às obrigações de performance e (e) reconhecimento da receita quando (e à medida que) a Companhia satisfaça a obrigação de performance.

Dessa forma, a receita é reconhecida por um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência do controle de bens ou serviços para um cliente, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Os critérios específicos a seguir devem ser satisfeitos antes de haver o reconhecimento da receita:

Receita de prestação de serviços de transporte e IP de dados

A Companhia oferece serviços de transporte de dados, voz e imagem em alta velocidade para operadores de telecomunicações e provedores de serviços de valor agregado.

As receitas prestação de serviços de transporte e IP de dados são reconhecidas “pro rata” dia, segundo o prazo decorrido no contrato do cliente até a data do balanço. Valores já recebidos, mas que a obrigação de desempenho ainda não foi cumprida, são reconhecidos como receita diferida e são apropriadas ao resultado conforme a prestação do serviço..

2.19 Receitas e despesas financeiras

Incluem juros, variações monetárias, tributos a recuperar, depósitos judiciais e tributos a recolher. São reconhecidas pelo regime de competência ou quando incorridas pela Companhia.

2.20 Benefícios a funcionários

Participação nos lucros e bônus

O reconhecimento dessa participação é efetuado mensalmente e ajustado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.21 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

2.22 Impostos sobre transações

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas:

- Vendas: As receitas operacionais, não operacionais e vendas de ativos da companhia são registradas líquidas dos impostos incidentes sobre as vendas (PIS, COFINS, ICMS e ISS);
- Custos: Os custos de produção, quando aplicável, são registrados líquidos de impostos recuperáveis;
- Ativos: Os valores registrados no ativo imobilizado são registrados líquidos de impostos recuperáveis;
- Quando os impostos incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto é reconhecido como parte do custo e despesa operacional e da aquisição do ativo, conforme o caso;

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições:

- Programa de Integração Social (PIS)
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)
- Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)
- Imposto sobre Serviços (ISS)

2.23 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, que é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração é apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações financeiras.

A DVA tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

2.24 Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o pressuposto da continuidade operacional. A Administração avaliou a capacidade da Companhia de manter suas operações de forma contínua no futuro previsível, considerando sua posição financeira, estrutura de capital, geração de caixa operacional, acesso a recursos financeiros, bem como o desempenho histórico e as perspectivas do mercado em que atua. Com base nessa avaliação, a Administração não identificou incertezas relevantes que pudessem suscitar dúvida significativa quanto à capacidade da Companhia de continuar em operação por, no mínimo, os doze meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras.

2.25 Novas Normas, Interpretações e Alterações Vigentes

As normas, interpretações e alterações emitidas pelo CPC e que passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2025 foram avaliadas pela Administração quanto à sua aplicabilidade e aos seus potenciais impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. Com base nessa avaliação, a Administração concluiu que a adoção dessas normas, interpretações e alterações não teve impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho das operações ou os fluxos de caixa da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia acompanha continuamente a emissão de novas normas e alterações às normas existentes, avaliando seus efeitos potenciais sobre as demonstrações financeiras em períodos futuros, conforme requerido pelas normas contábeis vigentes.

2.26 Não Adoção Antecipada de Normas

A Companhia não adotou antecipadamente quaisquer normas, interpretações ou alterações às normas contábeis que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes para o exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2025, conforme permitido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração está ciente da emissão de novas normas internacionais de contabilidade e alterações a normas existentes, que entrarão em vigor em períodos futuros, sujeitas à sua correspondente adoção pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC no Brasil, incluindo, entre outras:

- IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements, que substituirá o IAS 1 e introduzirá alterações na apresentação e divulgação das demonstrações financeiras;
- IFRS 19 – Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures, aplicável a subsidiárias sem obrigação pública de prestação de contas, com foco na racionalização das exigências de divulgação;
- as alterações ao IAS 7 e ao IFRS 7 – Supplier Finance Arrangements, que introduzem novos requisitos de divulgação relacionados a arranjos de financiamento da cadeia de suprimentos;
- as alterações ao IAS 21 – The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates, relacionadas a situações de ausência de conversibilidade de moedas;
- bem como outras normas, interpretações e alterações emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e ainda não incorporadas às práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia acompanha continuamente a evolução dessas normas e alterações e realizará a avaliação dos seus potenciais impactos nas demonstrações financeiras quando da sua adoção obrigatória, não sendo esperados, até o momento, efeitos relevantes decorrentes de sua eventual aplicação.

2.27 Reforma Tributária

Adicionalmente, a Administração acompanha os desdobramentos da Reforma Tributária sobre o consumo, cujo processo de implementação e regulamentação teve início em 2026, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e pela legislação infraconstitucional correlata.

A referida reforma prevê, de forma gradual e faseada, mudanças relevantes no sistema tributário brasileiro ao longo de 2026 e exercícios subsequentes, incluindo, entre outros aspectos:

- a instituição da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), em substituição ao PIS e à COFINS;
- o início do processo de substituição do ICMS e do ISS pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS);
- a reorganização das regras de créditos tributários, com foco na não cumulatividade plena;
- alterações nos procedimentos de apuração, recolhimento e cumprimento de obrigações acessórias.

Até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não é possível mensurar de forma confiável os impactos potenciais dessas mudanças sobre as operações, a carga tributária, os fluxos de caixa ou a posição patrimonial e financeira da Companhia, uma vez que a regulamentação da reforma encontra-se em processo de implementação ao longo de 2026.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O novo modelo tributário tem como objetivos principais a simplificação do sistema, o aumento da transparência, a redução de distorções econômicas, a eliminação da cumulatividade e a uniformização das regras de incidência e de creditamento, com a adoção do princípio do destino e da não cumulatividade plena, permitindo o creditamento financeiro ao longo da cadeia produtiva.

Com o objetivo de se preparar para as mudanças decorrentes da Reforma Tributária, a Administração contratou, durante o exercício de 2025, consultoria especializada independente para a realização de um diagnóstico preliminar dos potenciais impactos da reforma sobre as operações, os processos, os sistemas, a estrutura de custos e a carga tributária da Companhia. Até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, o referido diagnóstico ainda não havia sido concluído, razão pela qual não foi possível à Administração avaliar ou mensurar de forma confiável os impactos potenciais decorrentes da implementação da Reforma Tributária.

A Administração continuará monitorando atentamente a evolução da regulamentação, bem como acompanhará a conclusão do diagnóstico contratado, avaliando oportunamente os eventuais efeitos contábeis, operacionais e financeiros decorrentes da Reforma Tributária, adotando as medidas necessárias para assegurar a conformidade regulatória e a continuidade das operações da Companhia.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Aplicações Financeiras	96.056	5.169
Bancos conta movimento	<u>930</u>	<u>271</u>
	<u>96.986</u>	<u>5.440</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

ELETRONET S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Contas a receber

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Contas a receber nacional	65.287	49.993
Contas a receber exterior	1.647	1.726
PECLD	<u>(26.470)</u>	<u>(26.203)</u>
	<u>40.464</u>	<u>25.516</u>

A Companhia registra a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após interação e análise individualizadas dos clientes, sendo que são consideradas as informações dos históricos de perda, bem como informações prospectivas em relação a expectativa de perda futura dos saldos em aberto com seus clientes.

Movimentação da PECLD

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo no início do exercício	(26.203)	(25.758)
PECLD (Nota 2.6)	(3.373)	(3.310)
Baixas incobráveis	<u>3.105</u>	<u>2.866</u>
Saldo no fim do exercício	<u>(26.470)</u>	<u>(26.203)</u>

Em 31 de dezembro, a análise do vencimento de saldo do contas a receber de clientes, líquido de provisão para perda estimada de risco de créditos, é a seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
A vencer	31.151	20.850
Vencidas		
Até 30 dias	3.849	3.942
De 31 a 60 dias	1.778	16
De 61 a 90 dias	1.675	495
Acima de 90 dias	<u>28.481</u>	<u>26.416</u>
	<u>66.934</u>	<u>51.719</u>

ELETRONET S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Impostos a recuperar

	<u>2025</u>	<u>2024</u> Reapresentado (Nota 1.1)
ICMS Ativo Permanente	26.660	24.280
PIS/COFINS e ICMS a Compensar	353	209
IRRF sobre Aplicação Financeira	499	41
Outros a recuperar	17	3
	<u>27.529</u>	<u>24.534</u>
Ativo circulante	11.561	7.417
Ativo não circulante	15.969	17.117
Total	<u>27.529</u>	<u>24.534</u>

6 Depósitos judiciais

	<u>2025</u>	<u>2024</u> Reapresentado (Nota 1.1)
FUST/FUNTTEL (Nota 16)	4.688	4.329
Trabalhista (Nota 16)	710	657
	<u>5.398</u>	<u>4.986</u>

ELETRONET S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Imobilizado

	(a) Cabos	(a,b) Cabos - Ajuste de Avaliação Patrimonial	Equipamentos de comunicações	Infraestrutur a de rede	Equipamentos auxiliares	Informática	(c) Obras em andamento	Outros (*)	Total
Custo									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	389.972	205.091	549.471	1.048	6.622	14.167	0	2.469	1.168.840
Adições	0	0	48.053	1.014	651	298	604	0	50.619
Saldo em 31 de dezembro de 2024	389.972	205.091	597.523	2.062	7.274	14.465	604	2.469	1.219.460
Adições			38.700	11.947	575	1.479	15.125	13	67.839
Adição Incorporação (Nota 1.2 (b))			36.606						36.606
Baixas								(47)	(47)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	389.972	205.091	672.829	14.009	7.849	15.944	15.729	2.435	1.323.857
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(358.244)	(62.419)	(391.004)	(68)	(5.017)	(13.169)	0	(2.382)	(832.302)
Adições	(2.413)	(8.917)	(26.864)	(172)	(783)	(540)	0	(14)	(39.702)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(360.656)	(71.336)	(417.868)	(239)	(5.800)	(13.709)	0	(2.396)	(872.004)
Adições	(2.400)	(8.917)	(29.933)	(471)	(670)	(473)		(12)	(42.876)
Adição Incorporação			(428)						(428)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(363.056)	(80.253)	(448.230)	(710)	(6.470)	(14.181)		(2.407)	(915.308)
Saldo líquido 31 de dezembro de 2023	31.728	142.672	158.467	981	1.605	999	0	87	336.538
Saldo líquido 31 de dezembro de 2024	29.315	133.755	179.655	1.823	1.474	756	604	73	347.456
Saldo líquido 31 de dezembro de 2025	26.916	124.838	224.599	13.299	1.379	1.763	15.729	28	408.549
Taxa anual de depreciação	7%	7%	7% - 10%	10%	10%	20%		0 - 10%	

(*) Referem-se a máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, benfeitorias, terrenos e imóveis

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) Em 18 de maio de 2022, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL expediu o Despacho nº 1.290/2022, que determinou a transferência, da Eletronet para a AXIA Energia, por meio de Cessão do Direito de Uso da Infraestrutura do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica e das Fibras Ópticas, da propriedade regulatória dos trechos de fibra óptica (cabos OPGW – Optical Ground Wire) registrados pela Eletronet e instalados na infraestrutura de transmissão de energia elétrica pertencente a AXIA Energia.

Em 10 de junho de 2025, a Companhia celebrou com a AXIA Energia o Contrato de Cessão do Direito de Uso da Infraestrutura do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica e das Fibras Ópticas, o qual permanece pendente de homologação regulatória pela ANEEL, condição necessária para a efetivação da transferência da propriedade dos ativos.

Nos termos do contrato, a Companhia transfere, de forma não onerosa, a AXIA Energia, a propriedade dos cabos OPGW adquiridos pela Eletronet. A Eletronet, entretanto, permanece detentora do direito de uso da infraestrutura e continuará a explorar economicamente os cabos OPGW, mantendo os benefícios econômicos associados ao investimento realizado até o vencimento do contrato (2042).

Após a homologação regulatória pela ANEEL, a Companhia procederá à reclassificação contábil do saldo registrado no ativo imobilizado referente aos cabos OPGW para a rubrica de direito de uso.

- (b) Ajuste de Avaliação Patrimonial – a Administração da Companhia, suportada pela decisão do Conselho de Administração, decidiu pela adoção inicial do IFRS, o qual permite uma única vez a avaliação de seu imobilizado ou parte deste de acordo com o pronunciamento contábil específico, o ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 37 e 43, ao seu valor justo, custo atribuído (*Deemed Cost*).

Dessa forma em 31 de janeiro de 2017 foi emitido pela empresa Macadar Assessoria de Mercado & Avaliações Ltda. Laudo de Avaliação Patrimonial referente a rede de transmissão em fibra óptica denominada como “Cabos” que pode ser assim resumido:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Objetivo e finalidade – Determinar o atual valor patrimonial dos ativos no estado em que se encontram para fins de adequação ao CPC 1 e CPC 27 relativos ao custo atribuído (*Deemed Cost*) em consonância ao ICPC 10;

Roteiro de trabalho – Vistoria, pesquisa de mercado e cálculos de avaliação; e

Data-base – 31 de dezembro de 2016.

Como resultado temos:

- Avaliação da rede de Cabos com Fibra Óptica – R\$ 253.799
- Vida útil remanescente e taxa de depreciação – 23 anos

Conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 22 de novembro de 2017 os efeitos da aplicação do custo atribuído (*Deemed Cost*) inicial apurados sobre o saldo do ativo imobilizado “Cabos” decorrentes dessa avaliação, foram contabilizados no primeiro exercício social da adoção inicial das Interpretações e Pronunciamentos contábeis ICPC 10, CPC 27, 34 e 43, cujos efeitos estão apresentados nas demonstrações financeiras comparativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 como ajustado, as quais foram ajustadas pelos efeitos a seguir descritos:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Cabos	389.570	389.570
Depreciação dos Cabos	(340.862)	(340.862)
Cabos - Saldo Líquido	48.708	48.708
Laudo de Avaliação dos Cabos	253.799	253.799
Custo Atribuído (<i>Deemed Cost</i>)	205.091	205.091
Depreciação Acumulada	(80.253)	(71.336)
Custo Atribuído Líquido	124.838	133.755
IRPJ/CSLL Diferido (34%)	42.445	45.477
Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP	82.393	88.278

- (c) Em 2025, a Companhia iniciou a execução do Projeto Fênix, programa de expansão e modernização de sua infraestrutura de rede. O projeto contempla investimentos totais estimados em R\$ 157 milhões, sendo R\$ 116 milhões classificados como CAPEX e R\$ 41 milhões como OPEX. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram incorridos R\$ 15 milhões em CAPEX, registrados no imobilizado de acordo com a política contábil aplicável. A Companhia estima que o saldo remanescente do CAPEX será executado ao longo de 2026 e que os dispêndios de OPEX relacionados ao projeto ocorrerão, substancialmente, em 2026.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Direito de uso, arrendamento a pagar e arrendamento a pagar partes relacionadas

A Companhia possui contratos de arrendamento com as naturezas de concessão de infraestrutura da rede, locação de imóveis e sites.

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia aplicou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, que não exige a apresentação comparativa de períodos anteriores. Na adoção inicial, os passivos foram mensurados pelo valor contratual de pagamentos fixos na data base de assinatura do contrato e, os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento descrito acima. A Companhia utiliza o expediente prático para contratos com prazo de contratação inferior ou igual a 12 meses e de baixo valor (de até R\$ 20 mil), no qual a despesa é contabilizada diretamente no resultado do exercício.

As taxas utilizadas para atualizar os valores nos termos dos contratos são geralmente indexadas pelo índice de preços ao consumidor. E as taxas de desconto utilizadas nos cálculos dos contratos de arrendamento variam de 8% a 10%.

Os contratos de arrendamentos possuem prazo de vencimento que variam de 2026 até 2039.

Os arrendamentos contratados pela Companhia são apresentados abaixo:

(i) Direitos de Uso

	<u>Infra- estrutura</u>	<u>Sites</u>	<u>Imóveis</u>	<u>Total</u>
Saldo 31 de dezembro de 2023	204.039	12.830	4.425	221.294
Atualizações contratuais (*)	(3.510)	498		(3.012)
Adição de novos contratos		4.271		4.271
Depreciações	(12.800)	(841)	(1.536)	(15.177)
Saldo 31 de dezembro de 2024	187.729	16.757	2.889	207.375
Atualizações contratuais	19.413	703		20.117
Baixas		(611)		(611)
Adição de novos contratos		6.472	2.387	8.859
Depreciações	(14.123)	(1.176)	(1.577)	(16.879)
Saldo 31 de dezembro de 2025	193.019	22.146	3.698	218.863

ELETRONET S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(*) Alguns contratos preveem reajuste negativo em razão da variação negativa do IGP-M. Portanto, para esses contratos, quando o índice é negativo, o valor das parcelas é reajustado para um valor menor ao anterior.

(ii) Arrendamento a pagar e arrendamento a pagar – partes relacionadas

Descrição	Arrendamento a pagar		
	Partes relacionadas	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	207.471	17.306	224.707
Atualizações contratuais	(3.510)	498	(3.012)
Adição de novos contratos	0	4.271	4.271
Juros	15.125	1.980	17.105
(-) Liquidação principal	(6.755)	(2.027)	(8.782)
(-) Liquidação juros	(15.125)	(1.980)	(17.105)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	197.136	20.048	217.184
Atualizações contratuais	19.413	703	20.117
Baixas		(611)	(611)
Adição de novos contratos	0	8.859	8.859
Juros	14.676	2.838	17.514
(-) Liquidação principal	(6.928)	(2.239)	(9.257)
(-) Liquidação juros	(12.220)	(2.838)	(15.058)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>212.077</u>	<u>26.669</u>	<u>238.746</u>
Circulante	12.919	1.693	14.612
Não Circulante	<u>199.157</u>	<u>24.977</u>	<u>224.134</u>
Total	<u>212.077</u>	<u>26.669</u>	<u>238.746</u>

As parcelas a longo prazo têm os seguintes vencimentos:

Descrição	Arrendamento a pagar		
	Partes relacionadas	Outros	Total
2026	27.262	4.336	31.598
2027	23.367	4.897	28.264
2028	23.367	4.959	28.326
2029	23.367	4.959	28.326
2030	23.367	4.903	28.270
Após 2030	202.515	35.631	238.146
Juros a apropriar	(111.168)	(33.016)	(144.184)
	<u>212.077</u>	<u>26.669</u>	<u>238.746</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Intangível

Os saldos líquidos do intangível são:

	<u>31/12/2024</u>				<u>31/12/2025</u>
	<u>Saldo</u>	<u>Adição (Incorporação (Nota 1.2 (b)))</u>	<u>Baixa</u>	<u>Transferência</u>	<u>Saldo</u>
<u>Custo</u>					
Mais-valia de ativos intangíveis		230.998			230.998
Subtotal		230.998			230.998
<u>Amortização acumulada</u>					
Mais-valia de ativos intangíveis		(10.807)			(10.807)
Subtotal		(10.807)			(10.807)
Total líquido		220.191			220.191

A mais-valia de ativos intangíveis foi determinada pela Companhia, com apoio de seus assessores financeiros independentes que emitiram laudo de avaliação, conforme descrito na Nota 1.2 (b).

Essa mais-valia é referente a carteira e relacionamentos contratuais com clientes, amortizada de forma linear por 14 anos, que é o período relativo a vida útil remanescente do contrato de cessão de direito de uso, que possui prazo definido para encerramento em 2039, sendo que este é ativo fundamental pelo qual a Companhia presta seus serviços a clientes e, conseqüentemente, desenvolveu estes relacionamentos contratuais.

Para calcular o valor do justo da mais-valia, foi utilizado o método de renda Multi-Period Excess Earnings Method – MPEEM (Método dos Lucros Excedentes por Vários Períodos), identificando os ativos contribuintes e as taxas apropriadas de remuneração econômica desses ativos, através de um fluxo de caixa descontado, que considerou o crescimento de receita de aproximadamente 8% a.a. e uma taxa de desconto de 13,81% como principais premissas do cálculo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Fornecedores

	<u>2025</u>	<u>2024</u> Reapresentado (Nota 1.1)
Fornecedores nacionais	57.743	67.250
Fornecedores risco sacado (a)	1.587	5.743
	<u>59.330</u>	<u>72.992</u>
Circulante	58.031	68.512
Não Circulante	1.299	4.481
Total	<u>59.330</u>	<u>72.992</u>

(a) As operações de risco sacado ou “confirming” são efetuadas junto ao Banco do Brasil. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco que, por sua vez, passa a ser credora da operação. Essa operação não altera os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos quando realizada análise completa dos fornecedores por categoria.

A Companhia não se utiliza desta operação para alterar o fluxo de pagamento pactuado com seus fornecedores. A Companhia estabelece a parceria junto aos bancos citados acima para oferecer aos fornecedores uma forma de financiamento mais adequada ao risco dos títulos que possuem e uma facilidade para melhorar o fluxo de recebimentos dos fornecedores. Esta operação equivale ao forfait ou Risco Sacado como abordado no Ofício Circular CVM/ SNC/SEP n.01/2021

ELETRONET S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Empréstimos e Financiamentos

Instituição Financeira	Modalidade	Encargos Financeiros	2025	2024
Banco Itaú BBA	Nota comercial (i)	CDI + 1,45% a.a.	83.087	
Banco Sofisa	Empréstimo	CDI + 0,65% a.m		1.619
Banco Fator	FIDC	CDI + 7,2% a.a		21.658
Total			83.087	23.277
Circulante			3.087	6.244
Não Circulante			80.000	17.033
Total			83.087	23.277

A movimentação dos empréstimos em 2025 e 2024 é conforme a seguir:

Empréstimos e financiamentos	2024	Novos financiamentos	Pagamento de principal	Juros pagos	Juros provisionados	Transferência	2025
Circulante	6.244	15.000	(38.277)	(6.556)	9.642	17.033	3.087
Não circulante	17.033	80.000				(17.033)	80.000
Total	23.277	95.000	(38.277)	(6.556)	9.642	-	83.087

Empréstimos e financiamentos	2023	Novos financiamentos	Pagamento de principal	Juros pagos	Juros provisionados	Transferência	2024
Circulante	10.876		(6.207)	(4.362)	4.362	1.575	6.244
Não circulante	3.608	15.000				(1.575)	17.033
Total	14.484	15.000	(6.207)	(4.362)	4.362	-	23.277

Demonstramos a seguir a composição por ano de vencimento das parcelas a longo prazo:

Ano	2025
2026	3.087
2027	-
2028	26.667
2029	26.667
2030	26.667
	83.087

(j) Obrigações contratuais e eventos de inadimplemento

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com os termos da Nota Comercial, a Companhia está sujeita ao cumprimento de obrigações contratuais (pecuniárias e não pecuniárias) e a determinadas condições cujo descumprimento pode caracterizar eventos de inadimplemento e, conforme aplicável, ensejar o vencimento antecipado das obrigações, nos termos do respectivo instrumento. Dentre essas obrigações e condições, destacam-se:

- **Obrigações pecuniárias:** descumprimento de pagamentos devidos no âmbito da emissão (incluindo principal e remuneração, quando aplicável), bem como eventuais encargos moratórios em caso de atraso;
- **Obrigações não pecuniárias:** descumprimento de obrigações de fazer/não fazer previstas no instrumento, incluindo obrigações de prestação de informações e comunicações/divulgações ao Agente Fiduciário e/ou ao mercado, quando aplicável;
- **Restrições contratuais:** observância de limitações previstas na emissão (por exemplo, relacionadas à constituição de garantias e/ou à contratação de novas dívidas, conforme aplicável).

Não há cláusulas restritivas referentes a indicadores financeiros ou de performance da Companhia.

A Companhia está em conformidade com tais obrigações contratuais e não há eventos de inadimplemento nos termos do instrumento. A avaliação do cumprimento dessas obrigações permanece aplicável ao longo da vigência da emissão, conforme previsto contratualmente.

ELETRONET S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Partes relacionadas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Ativo circulante		
Castelo Branco Adv. Associados (a)		1.877
LT Bandeirante (a)		712
		<u>2.589</u>
Passivo Não Circulante		
Eletrobrás Participações S.A (a)		<u>231.023</u>
Patrimônio líquido		
Outros resultados abrangentes	(6.915)	(16.589)
Absorção de prejuízos a conta de sócios (a)	<u>237.134</u>	
Resultado		
Despesa com atualização monetária (SELIC)	<u>1.784</u>	<u>3.831</u>

- (a) Com o encerramento do processo de compra e venda de ações da Eletronet pela Axia Energia em abril de 2025, tais dívidas foram assumidas em sua totalidade pela Axia Energia e posteriormente baixadas mediante débito à conta de sócio com o objetivo de sanear o patrimônio líquido da Companhia, revertendo a situação de passivo a descoberto apresentada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. Essa transação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, em 4 de agosto de 2025.

Remuneração da Administração

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os honorários dos administradores foram de R\$ 5.390 (R\$ 4.815 em 31 de dezembro de 2024), os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Os honorários são formados por salários, participação nos lucros, 13º salário, encargos sociais e benefícios.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Obrigações tributárias

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
		Reapresentado (Nota 1.1)
IRPJ/CSLL	15.212	1.447
Parcelamento de ICMS (*)		6.231
Parcelamento IRPJ/CSLL (*)		17.682
ICMS	4.113	3.569
PIS e COFINS	961	811
Demais Impostos	<u>355</u>	<u>201</u>
	<u>20.641</u>	<u>29.941</u>
Circulante	20.641	15.290
Não Circulante		<u>14.651</u>
Total	<u>20.641</u>	<u>29.941</u>

(*) No decorrer de 2025, a Companhia concluiu a liquidação integral de parcelamentos tributários relacionados a ICMS e a tributos federais (IRPJ/CSLL), mediante a quitação das obrigações parceladas com o objetivo de sanear o passivo da Companhia e reduzir riscos de contingências e restrições fiscais, refletindo a estratégia de fortalecimento da estrutura de capital e da previsibilidade do fluxo de caixa. Não houve qualquer redução dos valores pagos em razão disto.

14 Receita diferida

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Circulante	2.862	787
Não Circulante	<u>6.457</u>	<u>7.244</u>
	<u>9.320</u>	<u>8.031</u>
Reconhecimento de receita no resultado do exercício	<u><u>2.862</u></u>	<u><u>787</u></u>

A companhia possui contratos de longo prazo sobre a utilização de fibras ópticas apagadas integrantes do cabo óptico da infraestrutura da empresa. Tais valores já foram recebidos até a data do balanço, porém a obrigação de desempenho ainda não foi cumprida. A medida que a obrigação de desempenho seja cumprida, as receitas serão apropriadas ao resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos são reconhecidos para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil e sobre prejuízos fiscais. Esses saldos estão apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial como segue:

	2025	2024
Total do IRPJ e da CSLL diferidos - ativo	155.000	11.040
Total do IRPJ e da CSLL diferidos - passivo	(42.445)	(45.477)
Total líquido	112.555	(34.437)

O IRPJ e a CSLL diferidos têm a seguinte origem:

	2025	2024
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	1.344.447	1.347.645
Provisão prejuízo fiscal e base negativa de CSLL não tributável	(888.564)	(1.315.174)
Base de cálculo do IRPJ e da CSLL diferidos ativos	455.882	32.471
Alíquota	34%	34%
Total de IRPJ e CSLL diferidos - ativo	155.000	11.040
Passivo		
Ajuste avaliação patrimonial dos cabos (Nota 7(b))	124.838	133.755
Alíquota	34%	34%
Total do IRPJ e CSLL diferidos – passivo	42.455	45.477
Total líquido	112.555	(34.437)

Os prejuízos fiscais poderão ser utilizados, de acordo com a legislação fiscal vigente, para a compensação com lucros tributáveis futuros, sem prazo de prescrição, porém limitados a 30% em cada ano.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de CSLL e outras diferenças temporárias estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício de 2025. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e a perspectiva de manutenção dos níveis de lucratividade atuais, no futuro, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em um período de 10 anos, conforme a seguir:

Ano	Valor
2026	2.919
2027	7.330
2028	10.636
2029	13.952
2030	15.884
Após 2030	104.279
Total	155.000

A Companhia ainda possui o valor de R\$ 302.112 de crédito fiscal decorrente de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL não registrados.

16 Provisão de riscos

A Companhia tem processos oriundos do curso normal dos seus negócios, representativos de chances de perda provável, cujos valores provisionados, com base no entendimento da Administração e de seus assessores jurídicos, são suficientes para cobrir eventuais perdas. A estratificação desses processos, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, está abaixo representada:

	2025	2024 Reapresentado (Nota 1.1)
Cíveis (a)	109.051	98.107
Trabalhistas (b)	1.969	828
	111.020	98.935

(a) Os processos cíveis referem-se principalmente a: (i) desacordos comerciais, (ii) cobranças indevidas.

(b) Os processos trabalhistas referem-se, principalmente a: (i) horas extras, (ii) equiparações salariais, (iii) periculosidade, (iv) dentre outros.

ELETRONET S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação da provisão nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é como segue:

	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	77.744	1.649	79.393
Reversão da provisão		(898)	(898)
Atualização de juros	20.363	77	20.440
Saldo em 31 de dezembro de 2024	98.107	828	98.935
Adições	2.491	1.104	3.595
Atualização de juros	8.453	37	8.490
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>109.051</u>	<u>1.969</u>	<u>111.020</u>

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Existem outros processos avaliados pela Administração como sendo de risco possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída.

A posição das contingências possíveis em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é como segue:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Tributárias (a)	57.399	46.301
Trabalhistas	760	188
Regulatórias e cível	1.695	
Total	<u>59.855</u>	<u>46.489</u>

Principais processos tributários avaliados com perda possível atualizados monetariamente até 31/12/2025:

- (i) A Companhia mantém discussão judicial quanto à incidência de FUST e FUNTTEL sobre receitas de interconexão, sob o entendimento de que tais contribuições devem incidir apenas sobre receitas decorrentes da prestação de serviços de telecomunicações ao usuário final, evitando bitributação quando a receita já tiver sido tributada pela operadora que fatura o consumidor final;

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O tema é objeto do Mandado de Segurança nº 0007286-34.2009.4.01.3400, em fase recursal, com decisão liminar favorável afastando a incidência nessas condições e, adicionalmente, em Execuções Fiscais relacionadas à cobrança dos supostos débitos, a Companhia efetuou depósitos judiciais exclusivamente para viabilizar a oposição de Embargos à Execução Fiscal, sem caracterizar reconhecimento da exigibilidade/correção da cobrança;

Considerando a existência de decisões favoráveis no TRF-1 e a ausência de definição colegiada definitiva no STJ especificamente sobre a matéria, o risco de perda está classificado como possível. O montante atualizado na data-base de 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 51.312 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 45.389).

17 Patrimônio líquido**17.1 Capital social**

O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 691.618, representado por 658.769.319 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	2025		
Acionista	Valor das ações	Quantidade de ações	Participação %
Axia Energia	691.618	658.769.319	100%

	2024		
Acionista	Valor das ações	Quantidade de ações	Participação %
LT Bandeirantes Empreendimentos Ltda.	163.907	156.122.448	51%
Eletrobrás Participações S.A.	157.479	150.000.000	49%
	321.387	306.122.448	100%

ELETRONET S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segue movimentação do capital social a seguir:

Capital social	Quantidade de ações	Valor das ações
Saldo em 31 de dezembro de 2024	306.122.448	321.387
Acervo líquido da Eletropar Participações S.A. (a)	277.875.225	291.731
Aumento de capital (AGE 21/10/2025) (b)	74.771.645	78.500
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>658.769.319</u>	<u>691.618</u>

(a) Incorporação da Eletronet Participações S.A.

Por meio da Ata da AGE de 24 de setembro de 2025, os acionistas aprovaram a incorporação da Eletronet Participações S.A. com o objetivo de simplificar a estrutura societária da Axia Energia, otimizando as atividades operacionais, administrativas e fiscais, além de gerar sinergias e ganhos operacionais. A operação visa facilitar a emissão de valores mobiliários e captação de recursos, melhorar a gestão de caixa, reduzir custos administrativos e contábeis, e agilizar processos de governança, auditoria e compliance. A incorporação também elimina entraves regulatórios relacionados à transferência de outorgas da ANATEL, promovendo maior eficiência e flexibilidade na estrutura de capital da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nos termos do art. 227, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, a Incorporação de Sociedade resultou em aumento do capital social da Eletronet, no valor total de R\$ 291.731, equivalente ao valor do patrimônio líquido contábil da Eletronet Participações, sendo que tal valor foi apurado preliminarmente no Laudo de Avaliação Contábil da Eletronet Participações, elaborado por assessor independente, considerando a data-base de 30 de junho de 2025, o qual integra a proposta de administração da Eletronet acerca da Incorporação de Sociedade, com a consequente emissão de 277.875.225 novas ações ordinárias pela Eletronet, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

No terceiro trimestre de 2025, com o laudo de avaliação contábil finalizado, o acervo líquido incorporado passou de R\$ 291.731 para R\$ 267.604, impactando a conta de prejuízos acumulados no valor de R\$ 24.127. Vide nota 1.2(b).

(b) Aumento de capital

Na ata da AGE de 21 de outubro de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 78.500, mediante a emissão 74.771.645 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal

17.2 Ajuste de Avaliação Patrimonial

Efeitos da aplicação do custo atribuído inicial (*Deemed Cost*) apurados sobre o saldo do ativo imobilizado “Cabos” em 31 de dezembro de 2016 e aprovado pelo Conselho de Administração em 22 de novembro de 2017. Vide Nota 8(b).

17.3 Outros Resultados Abrangentes

Em 20 de fevereiro de 2020 foi celebrado a prorrogação do Contrato de Compartilhamento que prorroga o prazo de vigência dos contratos de direito de uso, de 19 de agosto de 2019 para 19 de agosto de 2039, mediante o reconhecimento formal da dívida entre a Companhia e a Eletropar, atualizada pela SELIC a partir de janeiro de 2019.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com a mudança do controle acionário para Axia Energia, tal dívida foi assumida em sua totalidade pela Axia Energia e seu saldo atualizado de R\$ 176.743, foi reclassificado para prejuízos acumulados, em razão do saldo total do contas a pagar no valor de R\$ 237.134 ter sido perdoada pela Axia Energia, com o objetivo de sanear o patrimônio líquido da Companhia, o que contribuiu com a reversão da situação de passivo a descoberto apresentada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. (Nota 1.2(c) e 12). Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui mais um contas a pagar referente a esta transação, já que este foi totalmente baixado em razão do perdão de dívida com sua controladora Axia Energia.

17.4 Dividendos

Em 31 de dezembro de 2025, a Eletronet apurou lucro do exercício de R\$ 130.645. Entretanto, nessa mesma data, a Companhia apresentava prejuízos acumulados de R\$ 171.111.

Considerando a existência de prejuízos acumulados, a Administração não possui expectativa de distribuição de dividendos no curto prazo, até que tais prejuízos sejam absorvidos por resultados futuros e/ou por outras destinações permitidas pela legislação societária aplicável.

18 Receita líquida de prestação de serviços

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita bruta com prestação de serviços	270.852	231.754
ICMS	(45.563)	(39.393)
COFINS	(7.405)	(6.175)
PIS	(1.605)	(1.338)
ISS	(510)	(426)
Receita líquida de prestação de serviços	<u>215.769</u>	<u>184.421</u>

A Companhia possui operações somente no Brasil. Nenhum cliente da Companhia representa individualmente 10% ou mais das receitas do exercício.

19 Custos e despesas por natureza

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas com base na sua função. Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 26 - Apresentação das Demonstrações financeiras, as informações sobre a natureza desses custos e despesas estão apresentadas a seguir:

ELETRONET S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2025</u>	<u>2024</u> Reapresentado (Nota 1.1)
Depreciação	(43.304)	(39.702)
Amortização	(27.683)	(15.177)
Custos com pessoal	(42.060)	(38.817)
Interconexão e meios de conexão	(31.492)	(24.902)
Despesas de Veículos (i)	(2.685)	(2.145)
Despesas de Informática	(2.424)	(1.840)
Locação de Equipamentos (i)	(1.131)	(720)
Colocation, Data Center, Cross	(3.965)	(2.541)
Despesas com Viagem	(1.163)	(1.175)
Serviços Contratados (Suporte Técnico)	(6.420)	(5.072)
Manutenção de Sites	(2.278)	(2.281)
Energia de Sites	(2.662)	(2.217)
Projetos Especiais		(2.085)
Eventos	(1.007)	(942)
Comissões sobre vendas	(1.105)	(1.082)
Advocatícias	(1.525)	(2.086)
Contabilidade, Auditoria e Tributárias	(3.134)	(1.008)
Consultoria e assessoria empresarial	(1.320)	(735)
Outros Custos	(5.127)	(6.118)
Total custos e despesas	<u>(180.484)</u>	<u>(150.646)</u>

- (i) Tratam-se de despesas que não atendem aos critérios para serem contabilizados como arrendamentos financeiros, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16.

	<u>2025</u>	<u>2024</u> Reapresentado (Nota 1.1)
Custo dos serviços prestados	(147.280)	(120.937)
Despesas comerciais	(10.800)	(9.111)
Despesas gerais e administrativas	(23.087)	(20.101)
Outras receitas (despesas) operacionais	684	(497)
Total custos e despesas operacionais	<u>(180.484)</u>	<u>(150.646)</u>

ELETRONET S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Receitas eventuais

	<u>2025</u>	<u>2024</u> Reapresentado (Nota 1.1)
Negociação com credores (*)		10.075
		<u>10.075</u>

(*) Prescrição de dívida de credores quirografários: No contexto do processo de recuperação judicial e falência da Companhia, foi previsto um prazo de até 5 anos para que os credores cobrassem os valores a que tinham direito, que expirou em 20/08/2024. Sem reclamações desses credores dentro do prazo previsto, e já que esses credores não poderão mais reaver estes valores, o valor foi baixado do passivo e reconhecido como ganho no resultado do exercício.

21 Resultado financeiro, líquido

	<u>2025</u>	<u>2024</u> Reapresentado (Nota 1.1)
Receitas financeiras		
Multas e juros sobre clientes	1.417	1.374
Atualização sobre depósitos judiciais	412	327
Outras Receitas	556	62
Reversão multa IRPJ/CSLL Lei 14.740/23 *		6.862
Rendimento de Aplicação Financeira	3.437	173
Variação cambial	24	
	<u>5.845</u>	<u>8.798</u>
Despesas financeiras		
Arrendamento	(2.838)	(1.980)
Arrendamento (Partes relacionadas)	(14.676)	(15.125)
Partes relacionadas	(1.916)	(3.984)
Atualização monetária sobre contingências	(8.425)	(12.499)
Parcelamento de impostos	(3.962)	(2.028)
Empréstimos	(9.642)	(4.398)
Fornecedores	(943)	(3.017)
Despesas Bancárias	(200)	(140)
Variação cambial	(54)	
	<u>(42.656)</u>	<u>(43.172)</u>
Total resultado financeiro, líquido	<u>(36.811)</u>	<u>(34.373)</u>

* Estorno da multa do IRPJ/CSLL conforme parcelamento efetuado em março/2024 (Lei 14.740/23).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável, ajustado na forma legal. A taxa combinada é de 34%. O cálculo da despesa de imposto de renda e contribuição social é resumido como segue:

	2025	2024
		Reapresentado (Nota 1.1)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.526)	9.477
Taxa combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(519)	3.222
Amortização sites e imóveis	1.757	
Gratificação diretoria	554	
Outras diferenças permanentes, líquidas	455	
PCLD	(1.056)	(974)
Ajuste de exercícios anteriores (FUST)	(5.480)	
IR e CS de exercícios anteriores	12.406	
Arrendamento IFRS 16, líquidas	833	(149)
Outras provisões	1.617	(263)
Variações monetárias, líquidas	2.455	
Reversão de multa IRPJ/CSLL		(2.333)
Outras diferenças temporárias, líquidas	277	(236)
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	(143.960)	(11.040)
Compensação do prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	(1.087)	(760)
Saldo de imposto de renda e contribuição social	<u>(131.747)</u>	<u>(12.534)</u>
Corrente	15.244	1.538
Diferido	<u>(146.992)</u>	<u>(14.072)</u>
Saldo de imposto de renda e contribuição social	<u>(131.747)</u>	<u>(12.534)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Instrumentos financeiros e fatores de risco financeiro

A Companhia possui instrumentos financeiros, todos reconhecidos em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades em relação a gestão de risco de crédito, liquidez, cambio, e exposição a taxas de juros.

A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia.

A Companhia administra seu capital, para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Os valores justos estimados dos principais instrumentos financeiros são os seguintes:

	Valor contábil = Valor justo	
	2025	2024
Ativos financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	96.086	5.440
Contas a receber (b)	40.464	25.516
Depósitos judiciais (b)	5.398	4.986
Passivos financeiros:		
Empréstimos e financiamentos (c)	83.087	23.277
Fornecedores (c)	59.330	72.992
Arrendamento a pagar (c)	26.669	20.048
Arrendamento a pagar – partes relacionadas	212.077	197.136

(a) Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

(b) Ativos financeiros ao custo amortizado, note-se que os valores com partes relacionadas refletem a negociação entre as partes.

(c) Passivos mensurados ao custo amortizado.

Os instrumentos financeiros reconhecimentos no ativo e passivo foram classificados, conforme requerido pelo IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Gestão de risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes e o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, assim como a constituição de provisão para risco de créditos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de a composição de circuitos por clientes da Companhia ser altamente pulverizada, sendo que não há nenhum cliente que representa 10% ou mais da receita ou das contas a receber nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025.

Risco de liquidez

A Administração da Companhia entende que as suas operações serão conduzidas normalmente considerando o fluxo de caixa operacional demonstrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A tabela a seguir apresenta os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

<u>Saldos em 31 de dezembro de 2025</u>	<u>Menos de 3 meses</u>	<u>3 a 12 meses</u>	<u>Acima de 1 ano</u>	<u>Total</u>
Empréstimos e financiamentos		3.087	80.000	83.087
Fornecedores	12.912	45.154	1.299	59.365
Arrendamentos a pagar	423	1.269	24.977	26.669
Arrendamentos a pagar – partes relacionadas	6.087	6.832	199.157	212.076
	<u>19.422</u>	<u>56.343</u>	<u>305.399</u>	<u>381.164</u>
<u>Saldos em 31 de dezembro de 2024</u>	<u>Menos de 3 meses</u>	<u>3 a 12 meses</u>	<u>Acima de 1 ano</u>	<u>Total</u>
Empréstimos e financiamentos	1.174	5.070	17.033	23.277
Fornecedores	17.652	41.242	14.098	72.992
Arrendamentos a pagar	579	1.738	17.730	20.048
Arrendamentos a pagar – partes relacionadas	1.775	5.546	189.815	197.136
	<u>21.611</u>	<u>53.595</u>	<u>238.677</u>	<u>313.453</u>

ELETRONET S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de câmbio

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía ativos denominados em moeda estrangeira, substancialmente em dólares norte-americanos (USD), conforme demonstrado abaixo.

A Companhia não utilizou instrumentos derivativos de proteção com relação à exposição cambial durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Contas a receber exterior	1.647	1.726
Exposição líquida em moeda estrangeira	<u>1.647</u>	<u>1.726</u>

Risco de taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia possuía ativos e passivos expostos a taxa de juros (CDI), nos seguintes montantes:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Aplicações financeiras (CDB - CDI)	96.056	5.169
Arrendamentos	(26.669)	(20.048)
Arrendamento a pagar - parte relacionada	(212.077)	(197.136)
Empréstimos e Financiamentos (CDI)	<u>(83.087)</u>	<u>(23.277)</u>
Exposição líquida a taxa de juros	<u>(225.778)</u>	<u>(235.292)</u>

A Companhia não utilizou instrumentos derivativos de proteção com relação a exposição a taxa de juros durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

Análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores, foram definidos 3 cenários diferentes:

- i) cenário provável (considerando as projeções divulgadas pelo departamento de pesquisas e estudos econômicos de bancos de primeira linha;
- ii) cenário possível, considerando uma variação de 25% do cenário provável e
- iii) cenário remoto, considerando uma variação de 50% do cenário provável.

ELETRONET S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para cada cenário, o saldo em 31 de dezembro de 2025 de receita/(despesa) financeira bruta foi estressado não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações:

		R\$	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
			Taxa (a)	Provável	Taxa	-25%	Taxa	-50%
Ativo								
Contas a receber exterior	USD	1.647	5,5	(1)	4,1	(412)	2,8	(824)
Aplicações financeiras	CDI	96.056	12,2%	11.671	9,1%	8.753	6,1%	5.835
Passivo								
Empréstimos e Financiamentos	CDI + 1,45%	(83.087)	13,6%	(11.300)	17,0%	(14.125)	20,4%	(16.950)

(a) Todas as estimativas foram retiradas <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus/02012026> divulgado pelo BCB. Taxas da mediana agregada de 2026 para hoje: BRL/USD 5,5 e Selic 12,25% a.a. (CDI variando em 10bps para menos, conforme resultado histórico, ou seja, 12,15% a.a.).

(b) Para os valores do ativo e passivo em USD foram precificados na ptax bacen de 31/12/2025 BRL/USD 5,5024.

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital bem estabelecida a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

24 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

<u>Cobertura de seguros</u>	<u>Montante coberto</u>
D&O	250.000
Transporte	11.500
Responsabilidade civil geral	51.000
Responsabilidade de riscos nomeados	63.900
Responsabilidade de engenharia	4.400
Seguro fiança locatícia	1.938

* * *

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: BB3BED8C-07A1-4472-8F1D-E0EB35D23903
 Assunto: Complete com o Docusign: Relatório e DF - Eletronet - 2025 (V Final) 2.pdf
 LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
 Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 72
 Certificar páginas: 2
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Remetente do envelope:
 Hugo Rabello
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132
 hugo.rabello@pwc.com
 Endereço IP: 134.238.160.120

Rastreamento de registros

Status: Original
 08 de maio de 2026 | 11:05

Portador: Hugo Rabello
 hugo.rabello@pwc.com

Local: DocuSign

Eventos do signatário

Cáren Macohin
 caren.macohin@pwc.com
 PwC

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP-Brasil
 Emissor: AC SyngularID Multipla
 Assunto: CN=Caren Henriete Macohin:01454117966

Assinatura

DocuSigned by:

 910EEF671FE0435...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 134.238.160.202

Política de certificado:
 [1]Certificate Policy:
 Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133
 [1,1]Policy Qualifier Info:
 Policy Qualifier Id=CPS
 Qualifier:
<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularid-multipla.pdf>

Registro de hora e data

Enviado: 08 de maio de 2026 | 11:08
 Visualizado: 08 de maio de 2026 | 11:14
 Assinado: 08 de maio de 2026 | 11:15

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	08 de maio de 2026 11:08
Entrega certificada	Segurança verificada	08 de maio de 2026 11:14
Assinatura concluída	Segurança verificada	08 de maio de 2026 11:15
Concluído	Segurança verificada	08 de maio de 2026 11:15

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------